



REUNIÃO DA COMISSÃO JURÍDICA DA CONVENÇÃO MULTILATERAL IBERO-AMERICANA DE SEGURANÇA SOCIAL

REUNIÓN COMISIÓN JURÍDICA DEL CONVENIO MULTILATERAL IBEROAMERICANO DE SEGURIDAD SOCIAL

ATA

20 de setembro de 2021, Lisboa (Portugal)

ACTA

20 de septiembre de 2021, Lisboa (Portugal)

Modalidade: Virtual

Horário: 15:00 horas de Lisboa (Portugal)

Modalidad: Virtual

Hora: 15:00 horas de Lisboa (Portugal)

Os membros da Comissão Jurídica, instituída pelo Comité Técnico-Administrativo da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social, com a participação da Presidência (Portugal) e dos representantes da OISS, reúnem-se em Lisboa (Portugal), em 20 de setembro de 2021, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Los integrantes de la Comisión Jurídica, constituida por el Comité Técnico Administrativo del Convenio Multilateral Iberoamericano de Seguridad Social, con la participación de la Presidencia (Portugal) y de los representantes de la OISS, se reúnen en Lisboa (Portugal) el día 20 de septiembre de 2021 con el siguiente Orden del Día:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informação do Secretariado sobre os desenvolvimentos dos compromissos assumidos na reunião anterior.
2. Ponto de situação dos acordos entre Estados Parte no âmbito do artigo 8.º da CMISS (disposições mais favoráveis de outras convenções em vigor). *Informe disposiciones más favorables art. 8 (Anexo 1) e documento elaborado pelo Secretariado-Geral da OISS "Criterios disposiciones más favorables art.8" (Anexo 2)*

3. Condições de segurança e de proteção de dados na transmissão de dados ao abrigo da CMISS (Portugal e Espanha) (Anexo 3). Cláusula de Proteção de Dados PT/ES (anexos 3 e 4); Questionário Sistema SIBERO Proteção de dados pessoais PT/ES (anexos 5 e 6); Nota das delegações de Portugal e Espanha (anexos 7 e 8).
4. Coordenação dos Sistemas de Capitalização – Sistemas de Repartição (reembolso de contribuições, transferências de fundos, pagamento único, pensão de garantia do Estado).
5. Determinação da legislação aplicável em situações de "teletrabalho" (Portugal, Anexos 9 e 10)
6. Outros assuntos

ORDEN DEL DÍA

1. Informe de la Secretaría sobre el desarrollo de los acuerdos adoptados en la anterior reunión.
2. Estado de situación de los acuerdos entre Estados Parte en relación con el artículo 8 del CMISS (disposiciones más favorables de otros convenios vigentes). Informe disposiciones más favorables art 8 (Anexo 1) y documento elaborado por la Secretaría General de la OISS "Criterios disposiciones más favorables art.8" (Anexo 2)
3. Condiciones de seguridad y protección de datos en el traslado de datos de expedientes al amparo del CMISS (Portugal y España) (Anexo 3). Cláusula Protección de datos ES/PO (Anexos 3 y 4); Cuestionario Sistema SIBERO Protección de datos personales ES/PO (Anexos 5 y 6); Nota delegaciones Portugal y España ES/PO (Anexos 7 y 8).
4. Coordinación Sistemas de Capitalización – Sistemas de Reparto (devoluciones de cuotas, transferencias de fondos, pago único, pensión de garantía estatal).
5. Determinación de la legislación aplicable en las situaciones de "tele-trabajo" (Portugal Anexos 9 y 10)
6. Otros asuntos

Preside à reunião da Comissão Jurídica Elisabete SILVEIRA, Diretora de Serviços de Negociação e Coordenação da Aplicação dos Instrumentos Internacionais da Direção-Geral da Segurança Social do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Participa María José Tarrero Martos, Assessora da OISS.

Preside la reunión de la Comisión Jurídica Elisabete SILVEIRA, Directora de Servicios de Negociación e Coordinación da Aplicación dos Instrumentos Internacionales da Dirección-Geral da Seguridad Social do Ministerio del Trabajo, Solidariedad y Seguridad Social. Asiste María José Tarrero Martos, Asesora de la OISS.

Participaram nesta reunião representantes dos países que figuram no anexo 11 da presente ata.

Participaron en la presente reunión los representantes de los países que figuran en el Anexo 11 de esta Acta.

1. Informação do Secretariado sobre os desenvolvimentos dos compromissos assumidos na reunião anterior
1. Informe de la Secretaría sobre el desarrollo de los acuerdos adoptados en la anterior reunión

A Sra. Tarrero fez a leitura dos compromissos assumidos na última reunião e do nível de cumprimento dos mesmos.

A este respeito, reitera-se o compromisso de que os membros da Comissão Jurídica enviarão ao Secretariado do Comité os dados da pessoa de contacto para canalizar os pedidos de informação e colaboração.

La Sra. Tarrero hizo lectura de los Acuerdos adoptados en la última reunión y del nivel de cumplimiento de los mismos.

En este sentido, se reitera el compromiso de que los miembros de la Comisión Jurídica remitan a la Secretaría del Comité los datos de la persona de contacto para canalizar las solicitudes de información y colaboración.

2. Ponto de situação dos acordos entre Estados Parte no âmbito do artigo 8.º da CMISS (disposições mais favoráveis de outras convenções em vigor). *Informe disposiciones más favorables art. 8*, e documento elaborado pelo Secretariado-Geral da OISS “*Criterios disposiciones más favorables art.8*”
2. Estado de situación de los acuerdos entre Estados Parte en relación con el artículo 8 del CMISS (disposiciones más favorables de otros convenios vigentes). *Informe disposiciones más favorables art. 8*, documento elaborado por la Secretaría General de la OISS “*Criterios disposiciones más favorables art. 8*”

A Secretaria apresentou dois documentos: um documento que a OISS tem vindo a preparar com a compilação de toda a informação recebida sobre as disposições mais favoráveis das convenções bilaterais, no âmbito do artigo 8.º da Convenção Multilateral Ibero-Americana, onde se incluiu a última, recebida em 16 de setembro de 2021, com a informação relativa a Espanha e ao Uruguai, e um documento com critérios indicativos para identificar aquelas disposições mais favoráveis.

Tendo em conta estes dois documentos e após a discussão sobre o assunto, foi acordado que os Estados Parte devem continuar as conversações bilaterais neste âmbito e que a comunicação à Secretaria deve ser feita depois de alcançado um acordo sobre as disposições mais favoráveis a aplicar entre os dois Estados Parte em causa, através do envio de um texto comum que consubstancia esse acordo. Foi ainda acordado

que, por razões de segurança jurídica e de informação para os cidadãos, deve ser dada publicidade a estes acordos.

La Secretaría presentó dos documentos: un documento que la OISS viene elaborando con la recopilación de toda la información recibida sobre las disposiciones más favorables de los convenios bilaterales, en el ámbito del artículo 8 del Convenio Multilateral Iberoamericano, en el que se ha incluido la última recibida el día 16 de septiembre de 2021 con la información relativa a España y Uruguay, y un documento con criterios indicativos para identificar aquellas disposiciones más favorables.

Vistos estos dos documentos y tras el debate al respecto, se acordó que los Estados Parte deben continuar las conversaciones bilaterales en este tema y que la comunicación a la Secretaría debe hacerse después de llegar a un acuerdo sobre las disposiciones más favorables a aplicar entre los dos Estados Parte interesados, mediante el envío de un texto común que sustente este acuerdo. También se acordó que, por razones de seguridad jurídica e información para los ciudadanos, estos acuerdos deberían ser publicados.

3. **Condições de segurança e de proteção de dados na transferência de dados nas comunicações ao abrigo da CMISS (Portugal e Espanha), cláusula de proteção de dados, questionário Sistema SIBERO Proteção de dados pessoais, nota das delegações de Portugal e Espanha.**
3. **Condiciones de seguridad y protección de datos en el traslado de datos de expedientes al amparo del CMISS (Portugal y España), cláusula protección datos, cuestionario Sistema SIBERO Protección de datos personales, nota de las delegaciones de Portugal y España.**

Portugal e Espanha, tendo em conta as obrigações decorrentes das suas legislações internas e do direito europeu a que estão vinculados, apresentaram uma nota conjunta sobre condições de segurança e proteção de dados na transmissão de dados pessoais ao abrigo da CMISS, que inclui uma cláusula para esse efeito e um questionário dirigido aos Estados Parte com o objetivo de realizar um estudio comparativo para avaliar a possibilidade de reconhecer um nível comum de proteção dos dados pessoais a nível multilateral que permita a todos os Estados Parte cumprir as suas obrigações decorrentes das legislações nacionais e do direito internacional.

As delegações consideraram que a discussão deste tema é muito oportuna e aceitaram responder ao questionário apresentado por Portugal e Espanha até ao final de novembro de 2021. Na resposta ao questionário, as delegações podem igualmente dar conta das suas questões ou dúvidas a este respeito.

A Secretaria fará uma compilação das respostas, tendo em vista continuar a discussão na próxima reunião.

Portugal y España, teniendo en cuenta las obligaciones derivadas de su legislación interna y de la legislación europea a la que están vinculados, presentaron una nota conjunta sobre condiciones de seguridad y protección de datos en la transmisión de datos personales en el marco del CMISS, que incluye una cláusula a este efecto y un cuestionario dirigido a los Estados Partes con el objetivo de realizar un estudio comparativo para evaluar la posibilidad de reconocer un nivel común de protección de datos personales a nivel multilateral que permita que todos los Estados Partes cumplan con sus obligaciones derivadas de las leyes nacionales y del derecho internacional.

Las delegaciones consideraron que el debate sobre este tema era muy oportuno y acordaron responder al cuestionario presentado por Portugal y España antes del último día del mes de noviembre de 2021. En la respuesta al cuestionario, las delegaciones también pueden dar cuenta de sus cuestiones o dudas al respecto.

La Secretaría recopilará las respuestas con miras a continuar el debate en la próxima reunión.

4. Coordenação Sistemas de Capitalização / Sistemas de Repartição (Reembolso de quotas, transferências de fundos, pagamento único, pensão de garantia do Estado).
4. Coordinación Sistemas de Capitalización-Sistemas de Reparto (Devoluciones de cuotas, transferencias de fondos, pago único, pensión de garantía estatal).

O representante do Peru, Héctor Cusman Veramendi, informou que, na sequência de articulação prévia com Chile, o tema proposto para debate na Comissão Jurídica no âmbito deste ponto da ordem de trabalhos seria avaliar as consequências do resgate de fundos no âmbito de um sistema de capitalização de um Estado Parte para a certificação e eventual reconhecimento de direitos ao abrigo de sistemas de repartição de outros Estados Parte. Apesar da importância que este tema assumiu no atual contexto excepcional de pandemia, o objetivo seria encontrar critérios gerais comuns para certificar/informar estas situações de resgate, sendo necessário fazer um estudo das legislações nacionais.

A representante da Bolívia deu a conhecer a emissão de normas nesse Estado Parte para a devolução do saldo da conta pessoal previsional dos segurados, no Sistema Integral de Pensões que, conforme o caso, pode ser total ou parcial, e partilhou a necessidade de existência de um critério sobre a forma de reportar os períodos contributivos dos trabalhadores que acederam a esse reembolso, visto que a contribuição enquanto tal, diferenciada por período contributivo, não seria devolvida, mas sim os saldos ou parte dos saldos.

Apesar das diferentes posições manifestadas pelos Estados Parte sobre este tema, reconheceu-se a importância de continuar a discussão para encontrar soluções comuns.

A Presidência propôs que a Secretaria elaborasse um questionário a distribuir pelos Estados Parte para informação sobre as legislações nacionais que servirá de base para uma nova discussão.

El representante de Perú, Héctor Cusman Veramendi, tras acuerdo previo con Chile, informó que el tema propuesto para debate en el Comité Jurídico bajo este punto de la agenda sería evaluar las consecuencias de la retirada de fondos bajo un sistema de capitalización de un Estado Parte para la certificación y eventual reconocimiento de derechos bajo los sistemas de reparto de otros Estados Parte. Teniendo en cuenta la importancia que ha asumido este tema en el actual contexto excepcional de la pandemia, el objetivo sería encontrar criterios generales comunes para certificar / reportar estas situaciones de retirada de fondos, requiriendo un estudio de las legislaciones nacionales.

La representante de Bolivia, puso en conocimiento la emisión de normativa en dicho Estado Parte para la devolución del saldo en la Cuenta Personal Previsional de los Asegurados en el Sistema Integral de Pensiones, que según el caso puede ser total o parcial, y compartió la necesidad de contar con un criterio respecto a la forma de reporte de los períodos cotizados por los trabajadores que hubieren accedido a esta devolución ya que no se estaría devolviendo el aporte como tal, diferenciado por periodo cotizado, sino el saldo o parte del saldo.

A pesar de las diferentes posiciones expresadas por los Estados Partes sobre este tema, se reconoció la importancia de continuar la discusión para encontrar soluciones comunes.

La Presidencia propuso que la Secretaría prepare un cuestionario que se distribuirá a los Estados Partes a fin de obtener información sobre la legislación nacional, que servirá de base para futuras discusiones.

5. Determinação da legislação aplicável em situações de "teletrabalho"

5. Determinación de la legislación aplicable en las situaciones de "tele-trabajo"

A representante de Portugal apresentou a nota que tinha preparado sobre este tema, manifestando o seu entendimento de que a *lex loci laboris* se aplica às situações de teletrabalho, ao abrigo do artigo 9.º da CMiss, embora reconhecendo as dificuldades em controlar o lugar da atividade de um teletrabalhador.

A representante do Peru afirmou que, de acordo com a legislação peruana, o teletrabalho regula prestações laborais que se realizam dentro do território peruano e que é aplicável aos trabalhadores dependentes, isto é, que têm vínculo laboral.

Uruguai e Espanha manifestaram concordância com este entendimento.



O Chile e o Brasil manifestaram algumas dúvidas, referindo que deveriam também ser tidos em conta o lugar onde foi celebrado o contrato de trabalho ou a residência do interessado.

Foi acordado continuar esta discussão, podendo os Estados Parte apresentar notas escritas sobre questões ou dúvidas neste âmbito.

La representante de Portugal presentó la nota que había elaborado sobre este tema, expresando su entendimiento de que la *lex loci laboris* se aplica a situaciones de teletrabajo, bajo el artículo 9 de la CMISS, reconociendo al mismo tiempo las dificultades para controlar el lugar de actividad de un teletrabajador.

La representante del Perú manifestó que de acuerdo a la legislación peruana el teletrabajo regula prestaciones laborales que se realizan dentro del territorio peruano, asimismo, es aplicable para los trabajadores dependientes, esto es que tiene vínculo laboral.

Uruguay y España estuvieron de acuerdo con esta postura.

Chile y Brasil expresaron algunas dudas, señalando que también debe tenerse en cuenta el lugar donde se celebró el contrato de trabajo o de residencia del interesado.

Se acordó continuar esta discusión y los Estados Partes podrán presentar notas escritas sobre cuestiones o dudas al respecto.

6. Outros assuntos / Otros asuntos

Sem outros assuntos a tratar e com o acordo unânime dos presentes, deu-se por terminada a reunião, sendo 18:35 de 20 de setembro de 2021, e informou-se que a Ata será enviada pela Secretaria Geral da OISS dentro de alguns dias.

Sin más asuntos que tratar, y con el acuerdo unánime de los presentes, se da por cerrada esta reunión siendo las 18:35 del 20 de septiembre de 2021, y se informa de que el Acta será remitida por la Secretaría General de la OISS en unos días.



PELA PRESIDÊNCIA
POR LA PRESIDENCIA

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Elisabete Silveira".

Elisabete Silveira

PELA SECRETARIA
POR LA SECRETARIA

Maria José Tarrero Martos



LISBOA - PORTUGAL - 2011

PELA PRESIDÊNCIA
POR LA PRESIDENCIA

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Elisabete Silveira".

Elisabete Silveira

PELA SECRETARIA
POR LA SECRETARIA

A handwritten signature in black ink, appearing to read "José Tarrero Martos".

Maria José Tarrero Martos